

TECNOLOGIA ASSISTIVA: apontamentos iniciais para uma educação inclusiva

ASSISTIVE TECHNOLOGY: initial notes for an inclusive education

Francisca Cibeles da Silva Gomes¹

RESUMO

O presente artigo possui como objeto de análise um estudo acerca da introdução da Tecnologia Assistiva (TA) como instrumento metodológico para auxiliar os alunos com deficiências na escolarização e socialização. Essa abordagem pressupõe tornar a vida cotidiana e escolar mais acessível e inclusiva para os discentes. Logo, tem-se como objetivo geral analisar como essas percepções inclusivas podem atuar no processo de ensino-aprendizagem escolar, bem como na melhoria da qualidade de vida, assegurando mais autonomia e desenvolvimento educacional. Para tanto, têm-se como objetivos específicos: especificar a relação entre Tecnologia Assistiva e a educação inclusiva e ressaltar o papel da acessibilidade escolar para a inserção social e composição da cidadania no processo de inclusão das pessoas com deficiências. A metodologia baseou-se, inicialmente, em uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo apoiada em teóricos que versam sobre a inclusão na escolar, igualdade e cidadania, a partir do uso da tecnologia no campo inclusivo, tais como: Berch (2017), Brasil (2015), Galvão Filho (2009), entre outros, para que fosse possível traçar um panorama teórico da literatura no âmbito educacional, acerca da relação entre produção tecnológica e inserção escolar equitativa. Os resultados apontam que, mesmo diante de uma realidade inclusiva utópica, a introdução de metodologias que visam a equidade promove a integração social e escolar para além do estereótipo que ainda persiste em relacionar as pessoas com deficiências a uma vida de exclusão, marginalização e distanciamento, em razão de serem vistos pelo olhar do capacitismo.

Palavras-Chave: Tecnologia Assistiva. Educação. Inclusão

ABSTRACT

This article has as object of analysis a study about the introduction of Assistive Technology (AT) as a methodological tool to help students with disabilities in schooling and socialization. This approach presupposes making everyday and school life more accessible and inclusive for students. Therefore, the general objective is to analyze how these inclusive perceptions can act in the school teaching-learning process, as well as in improving the quality of life, ensuring more autonomy and educational development. To this end, the specific objectives are: to specify the relationship between Assistive Technology and inclusive education and to emphasize the role of school accessibility for social inclusion and the composition of citizenship in the process of inclusion of people with disabilities. The methodology was initially based on a qualitative bibliographical research supported by theorists who deal with inclusion in school, equality and citizenship, based on the use of technology in the inclusive field, such as: Berch (2017), Brazil (2015), Galvão Filho (2009), among others, so that it would be possible to draw a theoretical overview of the literature in the educational field, about the relationship between technological production and equitable school insertion. The results indicate that, even in the face of a utopian inclusive reality, the introduction of methodologies aimed at equity promotes social and school integration beyond the stereotype that still persists in relating people with disabilities to a life of exclusion, marginalization and distancing, because they are seen through the gaze of capacitism.

Keywords: Assistive Technologies. Education. Inclusion

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), pós-graduada *lato sensu* em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). E-mail: cs6445758@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Tecnologia Assistiva constitui-se, no campo educacional, como abordagens, metodologias e auxiliares que contribuem para a formação e o desenvolvimento de uma educação democrática e inclusiva, ao assegurar que todos os alunos com deficiências possam ter acesso ao âmbito educativo/escolar em condições equitativas. Assim, promove e estimula a produção dos saberes escolares e metodológicos que venham incorporar os alunos com deficiência ou limitação corporal, intelectual e cognitiva dentro das escolas. Partindo dessa questão, tem-se como problemática: de que modo a educação inclusiva pode ser desenvolvida com o intermédio da tecnologia na promoção da qualidade de vida e desenvolvimento educacional?

Nessa conjuntura, apresenta-se como objetivo geral analisar o desenvolvimento da tecnologia assistiva no campo educacional no que tange à inclusão social e à formação equitativa na socialização e escolarização. Para tanto, a pesquisa norteia-se pelos seguintes objetivos específicos: especificar a relação entre tecnologia e a educação inclusiva no campo no chão da sala de aula, ressaltar o papel da educação inclusiva na inserção social e na composição da cidadania, de modo a potencializar a autonomia, a inclusão e a formação educacional. Em termos práticos, o caminho para enfrentar a desigualdade, violência e opressão é um direito consagrado à educação na Constituição de 1988.

A integração escolar dos discentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação propõe que os indivíduos tenham acesso ao espaço-tempo da escolarização de maneira igualitária na aquisição e produção de conhecimentos. Visando garantir que os alunos acessem e permaneçam adjunto aos demais alunos dentro dos espaços escolares da educação básica e superior (JESUS; VIEIRA, 2011). Nesse âmbito, o termo “educação inclusiva” como o próprio nome mostra, pressupõe tratar-se de incluir os discentes nos locais assegurados pela Constituição de 1988 em seu Artigo 205, ao discernir que as diferenças não são pressuposto de segregação e exclusão, reforçando o direito de todos ao âmbito escolar, utilizando-a como instrumento de luta e de liberdade contra a discriminação e segregação. Pois:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2016, p. 123).

A metodologia utilizada na presente pesquisa consistiu na análise bibliográfica de cunho qualitativo, apoiada em autores que abordam a relação entre educação inclusiva na contemporaneidade e o desenvolvimento tecnológico como: Berch (2017), Brasil (2015), entre outros, para que fosse possível traçar uma abordagem panorâmica da produção teórica acerca da educação inclusiva no chão da sala de aula, relacionada à tecnologia no processo de escolarização e socialização. Nesse contexto, percebe-se, ainda, a educação como um espaço impregnado pela desigualdade e discriminação, embora a utilização da tecnologia assistiva objetive romper com esse paradigma e potencializar a formação educacional equitativa nos espaços escolares para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, propondo ressignificar a adaptação da escola às pessoas com deficiências, de modo a proporcionar mais integração, inclusão e autonomia, a partir de produções tecnológicas que melhorem a inclusão infra-estrutural e que também possam compor as abordagens metodológicas nas práticas escolares.

Pode ser percebido também que a produção e a difusão dos saberes sobre a educação igualitária e inclusiva ainda não se constitui como uma realidade em sua plenitude em virtude das discrepâncias sociais e econômicas, dificuldades no acesso à escolarização, déficits na qualificação dos professores e na infraestrutura escolar e a precariedade da implantação efetiva - nos âmbitos escolares - das políticas educacionais inclusivas disponíveis. No entanto, acredita-se que tais problemas não devem motivar retrocessos no desenvolvimento teórico e metodológico que enfoquem na garantia dos direitos à educação, cidadania e dignidade das crianças com deficiências e/ou transtornos. Os preconceitos e exclusões alimentam a opressão e a violência, os oprimidos quando buscam a libertação amparam-se no direito de serem livres e de pertencerem à sociedade integralmente no exercício da humanização que havia sido corrompida no uso da exploração, exclusão e violação (FREIRE, 2022).

TECNOLOGIA ASSISTIVA: ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A INCLUSÃO E EQUIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Tecnologia Assistiva promove o auxílio às pessoas com deficiências, mas também na superação de barreiras físicas e psicológicas que impregnam a sociedade sob o estigma da inferiorização e do isolamento dos sujeitos que necessitam de atendimento especializado e inclusivo. Trata-se de reforçar a dignidade humana e a valorização da vida, atributos que

também estão relacionados ao desenvolvimento desses indivíduos e, sobretudo, ao acesso à qualidade de vida, à saúde, à educação e ao trabalho. Pensar na escola inclusiva que anseia pelo futuro pressupõe repensar no presente, especialmente na atuação e formação dos profissionais da educação e no processo de escolarização e socialização, necessário para tornar o âmbito educacional de fato inclusivo e não apenas embelezado por papéis que não pensam e refletem sobre a realidade.

Pensar na inclusão também permite entender que a escola não é constituída para um tipo de aluno, mas para todos e em igual comunhão e interação. Logo, a inclusão pode ser entendida como uma “luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida” (FREIRE, 2022, p. 43). Na visão freiriana, a pedagogia que oprime faz uso da desumanização e da subalternização para manter aqueles não padronizados no enclausuro da inferiorização ou na falsa piedade que se ocupa mais da opressão do que da solidariedade, mantendo a libertação do oprimido ainda mais distante e mais fechada para que não seja possível a sua saída.

A inclusão, no âmbito escolar, perpassa por atitudes como criar uma relação transformadora e comunicativa entre professor e os alunos. Nesse contexto, os recursos tecnológicos desenvolvidos e direcionados à comunicação, mobilidade e ao desenvolvimento educacional são de suma relevância na composição das habilidades e na escolarização dos discentes, sobretudo na sociabilização através de estratégias lúdicas e envolventes que permitam aos educandos estarem inseridos no ambiente educacional e não excluídos em um sala, distantes dos demais alunos ou tratados com indiferença como sendo incapazes ou inferiores aos colegas, sinalizando para o contexto, no qual os discentes possam aprender todos juntos em um mesmo espaço, apesar de considerar suas diferentes histórias de vida e condições de existência possam conviver no mesmo ambiente e aprender sob as mesmas condições (JESUS; VIEIRA, 2011).

No âmbito educacional, percebe-se que a necessidade de trazer novas abordagens metodológicas e aparatos da Tecnologia Assistiva pressupõe tornar a escola um ambiente que não seja limitado à reprodução de saberes tradicionais, feitos e elaborados para um padrão de aluno, mas enfatizar a liberdade educacional e cognitiva voltada para todos, embora sejam consideradas suas diferenças, particularidades e contexto escolar. A educação não se constitui como um espaço neutro, mas permeado pelas percepções sociais, políticas, econômicas e

culturais dos seus alunos em suas realidades. Não se trata de exigir algo “perfeito” que foi idealizado como padrão para todas as salas de aula, mas considerar que, independente do contexto escolar, cada aluno deve ser incluído e visto em suas, não sendo excluído pela sua condição social, deficiência, gênero, classe ou raça. Para tanto, cabe dizer que nessa conjuntura:

A TA [Tecnologia Assistiva] deve ser entendida como o ‘recurso do usuário’ e não como ‘recursos do profissional’. Isto se justifica pelo fato de que ela serve à pessoa com deficiência que necessita desempenhar funções do cotidiano de forma independente. Por exemplo: a bengala é da pessoa cega ou daquela que precisa de um apoio para a locomoção; a cadeira de rodas é de quem possui uma deficiência física e com este recurso chega aos lugares que necessita; a lente servirá a quem precisa melhorar sua eficiência visual. O software leitor, fala o conteúdo de textos digitalizados à pessoa com deficiência visual ou a quem não consegue ler em função da dislexia ou deficiência intelectual. Todos estes recursos promovem maior eficiência e autonomia nas várias atividades de interesse de seus usuários. Por princípio, o recurso de TA acompanha naturalmente o usuário que o utilizará em diferentes espaços na sua vida cotidiana. (BERSCH, 2017, p. 11).

Os recursos educacionais utilizados como Tecnologia Assistiva relacionam-se às necessidades dos discentes e possuem como funcionalidade auxiliá-los no desenvolvimento de suas atividades cotidianas escolares. No entanto, uma tecnologia educacional não necessariamente possui caráter assistivo, mas poderá exercer essa função quando favorecer a participação do aluno a desempenhar suas funções e tarefas escolares. Nesse caso, ao retirar o recurso, o discente teria dificuldades em exercê-la cotidianamente e estaria excluído. Portanto, os recursos tecnológicos teriam como função a melhoria da qualidade de vida do educando, de forma a promover sua autonomia e acessibilidade.

Uma Tecnologia Assistiva volta-se para o desenvolvimento dos alunos com deficiência com o intuito de romper barreiras, limitações e preconceitos. Nesse contexto, funciona como adaptadora e auxiliadora no desenvolvimento das atividades escolares, à medida que favorecem a composição educacional inclusiva e fortalecem a prática e a teoria acerca do ensino e aprendizagem. Logo, aproximando os discentes da formação e incorporação das experiências, interações, dinâmicas escolares é que os educandos desenvolvem suas funções cognitivas por meio das ações pedagógicas assimiladas e problematizadas em sala de aula. Será nessa conjuntura que os saberes escolares serão produzidos e ressignificados (LIBÂNEO, 2010).

Os mecanismos educacionais, voltados para a inclusão no auxílio aos alunos com deficiência, têm como pressuposto promover a autonomia dos discentes na realização das atividades no contexto familiar e na escola. A Tecnologia Assistiva pretende potencializar e promover a socialização no processo de escolarização, de modo a permitir que as crianças,

jovens e adultos possam desenvolver suas ações, escrever, desenhar, ler, entre outras práticas escolares que somarão no seu desenvolvimento educacional. Sobretudo, garantir independência na tomada das decisões pelos seus usuários, visto que os discentes que necessitam da Tecnologia Assistiva passam a realizar suas atividades livremente com seu próprio auxílio individual. Por consequente, “[...] abrange todas as ordens do desempenho humano, desde as tarefas básicas de autocuidado até o desempenho de atividades profissionais” (BRASIL, 2009, p. 11).

A acessibilidade constitui-se garantia presente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. De acordo com o dispositivo legislativo, a administração governamental brasileira evidência, no plano da legislação, que as pessoas que sofrem impedimento em caráter social, isto é, as barreiras também podem ser sentidas no âmbito do convívio na sociedade através do preconceito, violência e negligência que obstruem seu desenvolvimento e limitam sua atuação por considerarem pessoas inferiores ou carregarem o estigma da incapacidade (BRASIL, 2015). Essas são algumas das muitas expressões verbais que alvejam as pessoas com deficiência no território brasileiro. A constituição dessas propostas se faz em uma sociedade excludente, galgada em princípios que excluem, segregam e fazem a negação dos direitos civis (JESUS; VIEIRA, 2011). Embora, também seja assegurada pela lei mecanismo inclusivo e democrático como:

Art. 3º Para fins de aplicação desta lei [Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015], consideram-se: I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; I – desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva; III – tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2015, p. 8).

Pode ser evidenciado que a acessibilidade também se faz presente na expansão da cidadania democrática a todos os cidadãos, sem distinção. Nessa questão, o desenvolvimento de equipamentos, tecnologia assistiva, instalações e ações sociais volta-se para a democratização do acesso da população com deficiência a todos os espaços públicos, qualidade

de vida, direitos iguais e acesso à moradia, trabalho, saúde e educação. No que tange ao âmbito educacional:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado pelo sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades [...]. (BRASIL, 2015, p. 12).

A promoção de iniciativas de caráter inclusivo conforme o Art. 28, da Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, pressupõe o desenvolvimento da educação democrática de livre acesso a todos os interessados, sem limitações ou obstruções. O dispositivo legislativo garante a entrada, permanência e o acesso às escolas para as pessoas com deficiências em todos os níveis e modalidades de ensino e aprendizagem, a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), adoção de linguagem bilíngue (Libras e Português), acessibilidade nas escolas e ambientes públicos e privados e a promoção de pesquisas acadêmicas e científicas com o intuito de melhorar a qualidade de vida e a inclusão social (BRASIL, 2015). Mesmo não sendo um espaço público ou privado neutro, o âmbito educacional pressupõe romper com as intransigências e barreiras que tornam as pessoas com deficiências vítimas da violência, discriminação e negligência. Logo, no “Art. 4º: toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, p.12-13).

No entanto, observa-se que foram muitos os avanços no campo da educação inclusiva em termos de políticas públicas, acessibilidade nas escolas e ações inclusivas. A necessidade ainda se constitui maior que a demanda disponível nos espaços educacionais, pois esses carecem de recursos necessários ao desenvolvimento de ambientes inclusivos, capacitação e formação continuada para os docentes e trabalhadores da educação, especialmente para saber lidar com as tecnologias e trabalhar com a inclusão dos alunos com deficiência (SILVEIRA, 2020). Surgem novas possibilidades de diálogo sobre a educação inclusiva, de modo a buscar alternativas e caminhos para construir saberes e responder às necessidades educacionais especiais demandadas pelos discentes (JESUS, 2011).

Para que a comunidade não se ajuste à falta de acessibilidade, ou melhor, não normalize a ausência, o que compromete a participação e discussão das demandas sociais das pessoas com deficiência. É necessário que mais indivíduos participem na integração dos saberes em prol dos excluídos da sociedade. Os desafios são muitos e de ordem arquitetônica, comunitária, metodológica, instrumental e atitudinal, cabendo aos governantes, sociedade civil, setor

privado, organizações não-governamentais, profissionais, mobilizarem-se a respeito da inclusão real e não apenas uma beleza escrita no papel (RODRIGUES; ALVES, 2013).

A educação inclusiva, além do que está nos dispositivos legislativos, é um compromisso de toda a comunidade social. Essa não é apenas uma tendência de valores, mas uma concepção democrática na organização sociopolítica. A deficiência, em si mesma, não é um limitador ou impedimento para que sejam produzidas subjetividades que favoreçam o ensino e a aprendizagem nas ações-relações, vivenciadas pelos estudantes no contexto educacional. Percebe-se a necessidade da construção de caminhos que possibilitem seu desenvolvimento, não para alcançar os demais ou forçá-los a terem resultados que possam ser comparados aos outros estudantes, mas para que possam desenvolver-se continuamente ao longo de sua trajetória de vida. Não se trata de enquadrar ou disciplinar os alunos com deficiência aos padrões da instituição de ensino, negando sua condição humana como sujeitos social, histórico e crítico detentor de suas próprias vivências e histórias (ROSSATO; BORGES; CUNHA, 2023).

Logo, a escola ainda precisa ser progressivamente preparada para os alunos com deficiência, sobretudo, na garantia que o desenvolvimento das suas capacidades intelectuais e cognitivas seja uma realidade. Para tanto, as políticas públicas deveriam ser prioridade, especialmente no direcionamento dos recursos financeiros para que a inclusão saia do papel, pois as demandas existem e cada vez mais necessita-se de ambientes adaptados, recursos materiais, formação docente e acessibilidade no ensino e aprendizagem (SILVEIRA, 2000). Embora, a Nova Política de Educação Especial em 2020, possa ser retroativa visto que “[...]deixa a critério dos pais a definição sobre se preferem matricular seus filhos em escolas ou classes comuns inclusivas, especiais ou específicas, fazendo com que ocorra de fato, a exclusão no lugar inclusão” (SILVEIRA, 2020, p. 9).

Nos espaços escolares, as pessoas com deficiências foram vistas como anormais e, por isso, eram indesejáveis. Tornam-se sujeitos excluídos e invisíveis diante da crença na impossibilidade do seu desenvolvimento educacional. Essas questões ainda são empecilhos para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, voltada para o reconhecimento das singularidades de todos os discentes, independentemente dos laudos médicos, que não são definidores prévios do seu processo de formação educacional e socialização. Mesmo quando esses laudos ou relatórios possam sinalizar, na maioria das vezes, as limitações e as impossibilidades que são transformadas em estereotípicos na sala de aula, contrariando o que

comumente possa ser expresso em suas carências e exclusões, nos deparamos com desconstruções dessa cultura da medicalização que impregna as escolas. Novas experiências de ensino e aprendizagem devem acenar para o protagonismo e diálogo através da educação inclusiva (ROSSATO; BORGES; CUNHA, 2023).

Nessa conjuntura, vale mencionar que a legislação brasileira estabelece o direito à tecnologia assistiva, no entanto, as pessoas com deficiências carecem, em termos informativos, da existência deste dispositivo, assim como os seus próprios direitos legitimados pela lei. Ainda não há uma orientação pública acessível aos seus usuários, de forma clara e fácil, aos caminhos a estes bens e serviços. As informações existentes ficam restritas aos agentes governamentais e os atuantes nas áreas da saúde, educação, assistência social, direitos humanos e trabalho. O Plano de Ações Articuladas (PAR), voltado para aquisição de verbas através das Secretarias Municipais e Estaduais para a compra de materiais e equipamentos de acessibilidade, salas de AEE, formação para os professores. Além de receberem verba referente ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no qual o valor acrescido é 1.2 das matrículas que frequentam o ensino regular e atendimento especial, essa verba pode ser utilizada para aquisição dos recursos e ações sobre educação inclusiva (BERSCH, 2017).

Nesse contexto, a Tecnologia Assistiva representa uma área em ascensão, impulsionada pela inclusão social e pela participação democrática das pessoas com deficiência nos espaços públicos e privados. Esses recursos são essenciais para sua mobilidade, aprendizagem, trabalho, comunicação e interação, embora esse ainda seja um debate restrito aos pesquisadores, professores e comunidades que se envolvem com essa temática. Para tanto, faz-se necessário que “[...] diferentes áreas do conhecimento voltem-se também para esse tema, visando a integração de saberes em prol de efetivas ações transformadoras das práticas excludentes de nossa sociedade em relação às pessoas com deficiência” (RODRIGUES; ALVES, 2013, p.171). Logo, “cientes que nossa legislação ‘garante o acesso’ à Tecnologia Assistiva cabe agora fiscalizarmos e pressionarmos o governo e autoridades constituídas, no sentido de dar continuidade às ações e políticas públicas já iniciadas [...]” (BERSCH, 2017, p. 17). Percebe-se que:

[...] A tecnologia pode ser considerada Assistiva no contexto educacional? Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele;

quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente. São exemplos de TA no contexto educacional os mouses diferenciados, teclados virtuais com varreduras e acionadores, softwares de comunicação alternativa, leitores de texto, textos ampliados, textos em Braille, textos com símbolos, mobiliário acessível, recursos de mobilidade pessoal etc. (BERSCH, 2017, p. 12).

A Tecnologia Assistiva não corresponde apenas aos produtos, mas às metodologias, estratégias e serviços atribuídos em caráter interdisciplinar, não apenas no âmbito da saúde, mas em diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de auxiliar as pessoas com deficiência, idosos e com necessidades da inclusão social. Mas, os recursos constituintes da Tecnologia Assistiva são utilizados pelos discentes com deficiência, visto que eles necessitam desses equipamentos para realizarem suas atividades (RODRIGUES; ALVES, 2013). Nesse contexto, as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) podem ser utilizadas pela educação inclusiva como exemplo: “[...] a utilização de plataformas de bate-papo com vídeos para comunicação entre surdos, usuários de língua de sinais, ou ainda, o uso de telas sensíveis ao toque, que permitem maior acessibilidade para pessoas com algum tipo de deficiência física” (RODRIGUES; ALVES, 2013, p. 176).

Assiste-se nos últimos anos cada vez mais o avanço da necessidade dos pais, professores, gestores, estudantes universitários terem acesso à formação educacional voltada para o desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no contexto escolar, voltando-se à inclusão, em detrimento do alimento exclusivo da desigualdade e discriminação. Não basta apenas pensar em um mecanismo isolado, mas em ações mais ativas e conscientizadas que chamem a atenção de todos para a necessidade de serem colocadas em público as demandas das pessoas com deficiência. O exercício da cidadania em um Estado democrático carece quando não pensado para todos, mas sim para uma minoria. A educação inclusiva propõe traçar uma trajetória legítima em que os alunos serão reconhecidos a partir das suas possibilidades e expressões como sujeitos no ensino e aprendizagem (ROSSATO; BORGES; CUNHA, 2023).

A produção de significados ocorre a partir do conjunto de valores, ideias, crenças e emoções, negociados nas interações sociais, que podem gerar reflexão, crítica e atuação podem ser orientados para um projeto de inclusão. Nesse sentido, as atividades teórico-práticas individuais e coletivas se relacionam à História Cultural e ao cotidiano impactando na orientação do trabalho pedagógico dialético na educação inclusiva, tornando-se importante levar em conta os conhecimentos construídos nessas interações entre políticas públicas,

professores atuantes no Atendimento Educacional Especializado (AEE), professores regentes e estudantes matriculados nas salas inclusivas. Essa interlocução permite que surjam diferentes embates e significações que vão estar relacionados à inclusão, segregação e exclusão, característicos de novos fazeres pedagógicos que necessitam se tornar diferenciados e inovadores (RIBEIRO; BARBATO, 2023).

A escola inclusiva ainda esbarra na realidade vivenciada pela população com deficiência a qual está permeada pelas carências sociais, como a baixa remuneração ou desemprego, baixos níveis de escolarização, o que potencializa as desigualdades, somando-se os preconceitos, desigualdades e desinformação. Embora o Brasil disponha de uma relativa legislação que ampara a inclusão educacional a sociedade contemporânea tenha se aproximado constantemente da inclusão da diversidade, pluralidade das realidades, tudo isso ainda não tem expressividade suficiente para aplacar as sensíveis desigualdades nas oportunidades e benefícios sociais para as pessoas com deficiência (GALVÃO FILHO, 2009).

Introjetando ainda rótulos médicos e estereótipos sociais para designar as dificuldades de ensino e aprendizagem. Oferecendo pouco espaço para que seja debatida a educação inclusiva. O acolhimento desse discurso resulta na criação de máscaras que colocam as deficiências como problemas patológicos (RIBEIRO; BARBATO, 2023).

O resultado dessa falta de inserção social é a ampliação da realidade excludente, permeada pela carência educacional, discriminação, falta de oportunidades e exclusão da escola, sociedade e do mercado de trabalho. Os progressos científicos e os estudos educacionais oferecem caminhos para ultrapassar essas barreiras. No âmbito da escola, propõem auxiliar na capacitação pedagógica para além da perspectiva assumida pelos professores e gestores que não se sentem preparados para lidar com alunos com deficiências ou ainda se sentem obrigados por lei, mas não dispõem de saberes que vão ajudá-los no ensino e aprendizagem (GALVÃO FILHO, 2009).

Em uma visão freiriana, a pedagogia, quando pensada apenas em um grupo específico, esquece que em uma sala de aula existem vários alunos, cada um com suas particularidades, sobretudo alimenta a mentalidade dominante que nada mais faz que assumir uma postura violenta de imposição e exclusão daqueles que não fazem parte ou não se sentem parte da ideologia dominante (FREIRE, 2022). Cria-se um vício quase incurável de perceber o mundo apenas por um olhar e não se dar conta de que existem múltiplos e variados olhares, principalmente quando subjugados os oprimidos e excluídos para um canto da sala de aula não

sendo vistos ou estando em uma sala qualquer da escola com seu cuidador ao invés de estar adjunto a todos na socialização.

Não se trata de pensar na possibilidade de desenvolver uma Tecnologia Assistiva sem considerar que aquele aluno ou aluna seja beneficiado grandemente no desenvolvimento das ações que anteriormente não conseguiria. Seria pensar na possibilidade de incluir, mas também de auxiliar na sua independência e autonomia almejada para a sua própria desenvoltura educacional, pessoal e, futuramente, no ambiente de trabalho e nos âmbitos sociais igualmente as demais individuais, sem discriminação, preconceitos ou aversão, mas regado ao conhecimento, igualdade e valorização da vida. Não se trata de valorizar apenas as conquistas individuais em detrimento das condições e situações de desenvolvimento e aprendizagem de cada aluno, é um entrave à inclusão a negação do sujeito capaz de seguir caminhos singulares na escolarização (ROSSATO; BORGES; CUNHA, 2023).

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NOS ÂMBITOS UNIVERSITÁRIOS: PERCEPÇÕES ACERCA DA INCLUSÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As formações inicial e contínua pressupõem, no âmbito das licenciaturas, o trabalho com a inclusão social das pessoas com deficiência. Visto que a educação, como ambiente heterogêneo e diversificado, também perpassa por problemas infra-estruturais, propaga e alimenta preconceitos e discriminações, assim como torna-se excludente quando não se apega ao desenvolvimento da acessibilidade inclusiva como pressupõe para a formação dos seus discentes. Cotidianamente, observa-se nos telejornais, na internet, nas redes sociais digitais e nos ataques discriminatórios, alimentados pelo viés da negligência e da violência. No caso das pessoas com deficiência, elas ainda sofrem com o capacitismo, isto é, considerá-los incapazes, vulneráveis e rejeitados na sociedade. Nessa conjuntura:

[...] é necessário que haja uma inclusão de verdade, onde a escola esteja preparada fisicamente tanto quanto em recursos pedagógicos e que forme cidadãos sem preconceito, sabendo que todos possuem direitos e deveres iguais, e são merecedores de respeito. Conclui-se que o processo de inclusão ainda é recente, pois a carência de matérias para os educadores da área é grande; inclusão escolar deficientes ainda continua em processo de transformação e aceitação pela sociedade, necessitando-se ainda fazer muito para garantir qualidade de ensino a todos. (SILVA; VOLPINI, 2014, p. 28).

Nesse contexto, faz-se imprescindível que a escola cumpra seu papel social no desenvolvimento dos alunos e possua condições infra-estruturais e recursos pedagógicos

capazes de auxiliar os discentes na socialização e no exercício de suas funções cotidianas na sala de aula. No entanto, o que pode ser visto ainda é o inverso do esperado, em virtude da precarização infra-estrutural, carência de materiais e formação dos profissionais escolares. Esse dilema chama a atenção para uma discussão mais assídua a respeito da educação inclusiva, sobretudo no âmbito escolar, nas políticas públicas, nas universidades e na sociedade civil em geral.

Percebe-se que pensar em Tecnologia Assistiva pressupõe entender para quem está sendo direcionado o suporte e quais são as suas necessidades no contexto cotidiano, assim como nas transformações que a acessibilidade irá proporcionar na sua autonomia e independência. Logo, não basta ter a intenção de desenvolver um suporte tecnológico, mas também necessita-se entender o contexto e a funcionalidade que será exercida. A inclusão ocorre com a participação das pessoas com deficiência e não somente com decisões tomadas pelos sujeitos não-deficientes. O processo constitutivo de um grupo social como sujeito é marcado pelo diálogo e pelas parcerias dentro da comunidade escolar, sejam eles os estudantes, professores, direção, técnicos, apoios, famílias e comunidade. A inclusão é o resultado de um processo histórico que ultrapassa as mudanças exigidas pela legislação, pois abarca o compromisso social com a aprendizagem de todos, garantindo que os alunos sejam compreendidos em suas expectativas, desejos e frustrações (ROSSATO; BORGES; CUNHA, 2023).

Nesse contexto, a tecnologia no campo educacional tem se revelado uma relevante área do conhecimento e da pesquisa, que enseja novas possibilidades para a autonomia e inclusão social. Portanto, não cabe aos professores, gestores, alunos das licenciaturas, coordenadores pedagógicos, pais e comunidade em geral pensar que não se deve ter preparo a respeito do desenvolvimento desses recursos ou ainda esperar que surja uma criança ou adulto no âmbito escolar com deficiência para iniciar os estudos e as capacitações. A formação educacional dos docentes, iniciada nas instituições de ensino superior, não necessariamente termina após a diplomação, mas abre caminhos para novas perspectivas e interações educacionais que serão formadoras das suas bases para atuar no ensino básico e na capacitação dos educadores.

A variedade de metodologias é um recurso importante para estimular a integração dos alunos e a reflexão, cabendo ao professor ser um parceiro na construção do conhecimento e não o centro, pois o centro da aprendizagem está nos alunos e em suas relações, visando a autonomia e a transformação da realidade, em detrimento da tentativa de transmitir saberes e da padronização de um tipo de aluno ideal. Por conseguinte, pensa-se no ensino e aprendizagem

como um espaço para a variedade metodológica desenvolvida a partir das necessidades dos discentes, mas sempre voltada para o seu desenvolvimento pedagógico e para a sua reflexão acerca do mundo em que vive (BACICH; MORAN, 2017).

Na educação inclusiva, pensa-se que a escolarização também deve considerar as particularidades dos alunos e respeitar o tempo e a disposição de cada um para que a relação entre discente e espaço educacional não seja marcada pela imposição. Não se trata de autoritarismo, mas educar pensando no desenvolvimento deles, considerando a sua autonomia, independência, inserção social, inclusão e melhoria da sua qualidade de vida. Logo, permite visualizar a relação ensino-aprendizagem como o momento em que cabe a valorização das habilidades e conhecimentos que o estudante já possui e que possam ser ressignificados e adquiridos outros através da introdução de metodologias e estratégias que possam auxiliá-lo nas atividades, mas também dar a ele(a) mais liberdade para atuar com suas próprias expressões imagéticas, corpóreas e intelectuais.

Cabe o envolvimento continuado e o pensamento de que a inclusão deve ser um pressuposto escolar intransponível na escola e na possibilidade e inserção social e educação inclusiva visando a autonomia, independência e o rompimento com os preconceitos, barreiras e discriminações ainda existentes no âmbito no ensino e aprendizagem, mas também nos espaços públicos e privados. Assim como, “[...] juntamente com as demandas desses profissionais por ações mais efetivas das gestões centrais das redes educacionais públicas às quais pertencem, e por políticas públicas consistentes e sistemáticas que favoreçam uma maior agilidade e eficiência [...]” (GALVÃO FILHO, 2009, p. 6).

A Tecnologia Assistiva, aliada ao desenvolvimento metodológico inclusivo na formação dos docentes, promove a ampliação da prática pedagógica para o campo da educação inclusiva, de modo a pensar os alunos como sujeitos educacionais e auxiliá-los na sua escolarização, levando em consideração a contribuição com sua melhoria instrucional, qualidade de vida, independência, autonomia, acesso ao mercado de trabalho, autoestima, socialização, conscientização, inclusão social e, sobretudo, pensar nele como cidadão digno com potencial para a realização de diversas atividades e tarefas para além das limitações definidas pelos preconceitos e pela inferiorização, impostos pela falta ou escassa informação e pelo senso comum que ainda tende a considerá-los incapazes ou “coitadinhos”. O que de fato constitui como equívoco próprio do capacitismo como mecanismo discriminatório.

Como espaço inclusivo, a escola precisa propiciar debates com a comunidade sobre a inclusão na construção de caminhos que sejam próprios, resultados de ações e relações coletivas, é uma ação que demanda diálogo permanente com a sociedade. Mesmo com as conquistas registradas, tal ação é muito pautada pela exclusão das minorias e das populações que ainda necessitam ser legitimadas, reconhecidas socialmente e através das políticas públicas que garantam seus direitos. As práticas e concepções escolares, ainda que neguem sua vinculação ao modelo escolar tradicional, que se pauta na disciplina, fragmentação do conhecimento, relações hierárquicas assimétricas e pela valorização exacerbada das conquistas individuais que desmerecem a complexidade que envolve condições singulares de desenvolvimento e aprendizagem (ROSSATO; BORGES; CUNHA, 2023).

Trata-se de visualizar as pessoas com deficiência como sujeitos produtores e construtores de saberes e atuantes na sociedade e que contribuem na valorização da multiplicidade de experiências e reconfigurações reflexivas da realidade das diferenças e diversidades. Logo, a Tecnologia Assistiva permite auxiliá-los no seu desenvolvimento de modo a permitir novas percepções e significados da existência humana. Por conseguinte, a inclusão “[...] não diz respeito apenas aos sujeitos com limitações físicas, cognitivas, emocionais ou com impotências em lidar com as múltiplas linguagens, mas abrange as dificuldades de acesso à educação, ao convívio social e ao trabalho” (CONTE; OURIQUE; BASEGIO, 2017, p. 2).

A invisibilidade das diferenças na aprendizagem torna as dimensões educacionais e humanas mingradas e deficitárias. Nesse contexto, a Tecnologia Assistiva pode servir para aprofundar esse recrudescimento de poder e desigualdade, favorecer o silenciamento, fortalecer estigmas, mas também pode reforçar práticas inclusivas, diversificadas e a participação social na expressão da vida e singularidade. As tecnologias podem ampliar as possibilidades de autonomia e interação, potencializando a participação ativa na sociedade e no seu ensino e aprendizagem (CONTE; OURIQUE; BASEGIO, 2017).

Pensar na inclusão pressupõe, ainda, almejar um futuro utópico dado à exclusão e desigualdade ainda presentes na contemporaneidade, mesmo diante dos avanços em termos de inserção das pessoas com deficiência na sociedade ainda como um todo não foi generalizado e muito menos inserir é suficiente para as pessoas com deficiência possam ocupar os âmbitos públicos e privados de uma maneira equitativa, pois tais espaços devem garantir condições acessíveis para os seus usuários. O preconceito relacionado às pessoas com deficiência é

denominado capacitismo. Esse termo tem origem na concepção construída socialmente de que essas pessoas se tratam de sujeitos incapazes e inferiores aos demais indivíduos. Esse termo foi criado para dar visibilidade a todas as formas de discriminação ou a manifestações de comoção social pejorativa ao atribuir a denominação “coitadinhos”, sendo passíveis de caridade, evidenciado que suas capacidades são questionáveis e inferiorizadas pelo preconceito existente na sociedade (OLIVEIRA, 2020).

A implantação de uma Tecnologia Assistiva pressupõe um trabalho conjunto com os professores da classe comum, como docente de informática, educação física, educação artística, coordenadores pedagógicos, direção da escola, entre outros que compõem o quadro de funcionários, sendo direcionado para os alunos com deficiência com o intuito de atender às suas necessidades, capacidades e funcionalidades no âmbito escolar e no dia a dia (BERSCH; PELOSI, 2006). Nessa conjuntura, as formações inicial e continuada dos educandos têm como princípio atender as demandas e os desafios, especialmente na escola, enquanto locus de atuação social frente à diversidade e heterogeneidade (LEITE et al., 2018).

Para tanto, cabe à sociedade e a escola se adaptarem às realidades contemporâneas, a fim de promover a sua integração, desenvolvendo estratégias, metodologias, práticas, dinâmicas e integrativas com Tecnologia Assistiva, avaliações que visem a construção dos saberes e não apenas provas mensais de múltipla escolha, rigidamente amparadas na memorização, mas continuamente como o que foi desenvolvido pelos alunos, auxiliados pela ludicidade, respeito e interação com a interdisciplinaridade, pois não deve ficar apenas a cargo das professoras do AEE, mas de todos os docentes em suas áreas de atuações específicas. Nesse caso, os docentes precisam aprender a se reinventar e lidar com as demandas que, muitas vezes, são desconhecidas, portanto, desafiadoras. Além do mais, precisam lidar com o cenário de desprestígio da profissão, desvalorização profissional, turmas superlotadas e pressão das avaliações nacionais. É necessário não deixar de valorizar a relevância social dessa profissão (LEITE et al., 2018)

Pensar na inclusão pressupõe vê-la como um caminho para uma realidade que não alimente exclusões, discriminações, isolamentos sociais, negligências e violências. No caso das escolas, contribui, não somente para os alunos com deficiência no seu desenvolvimento, mas aos demais discentes perceberem que a maior limitação está nas mentes que propagam um discurso discriminatório que desqualifica a dignidade humana e pejorativamente apropria-se dos estigmas para colocar a igualdade como ideal e a diferença como corruptível. Embora, ainda

não seja uma discussão totalmente superada, que ainda permeia cotidianamente os espaços públicos e privados, a educação inclusiva, sem dúvida alguma, promove o rompimento desses estigmas construídos social, cultural e historicamente. São barreiras difíceis de serem rompidas e é justamente esse caráter engessado que permite a sua difusão e a fixação nas entranhas das mentes, corpos e na própria matriz institucional da sociedade.

Portanto, as formações inicial e continuada tornam-se aliadas no desenvolvimento da prática inclusiva nos âmbitos educacionais. Nesse conjunto, a educação integradora pode preferivelmente utilizar de seu caráter libertário e igualitário para pensar a inclusão como mecanismo de ruptura das barreiras da discriminação, dos preconceitos e do isolamento das pessoas com deficiência, sobretudo no atributo em corroborar sua inserção social na escola e na sociedade. Por fim, tudo começa pela educação, a base de tudo e todos, não deveria ser espaço para a propagação de estigmas, principalmente quando ferem o direito à vida, diversidade humana e liberdade digna. O processo de inclusão requer mais que uma legislação que regule seus processos, embora seja fundamental sua existência, mas também implica um adensamento das propostas inclusivas escolares, comunitárias e sociais. A escola como um dos *locus* de poder e construção de legitimidade para os cidadãos, como local privilegiado para garantir ações que promovam o desenvolvimento humano e social na construção de valores mais democráticos (ROSSATO; BORGES; CUNHA, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da Tecnologia Assistiva no âmbito educacional corrobora o desenvolvimento autônomo, independência e inclusão das pessoas com deficiências, ao proporcionar que tenham condições equitativas de integração e participação como sujeitos ativos no seu próprio processo de escolarização, aprendizagem, socialização e inserção na sociedade. Assim como rompem com os estereótipos e preconceitos que os colocam como incapazes, inferiores, retrógrados, esquecidos, ignorados e isolados dentro da sala de aula.

Embora ainda não seja uma realidade tangível, a educação, inclusive em sua plenitude, depende da disposição dos profissionais da escola como administradores públicos da educação, políticas públicas, professores, gestores, coordenadores pedagógicos, docente do Atendimento Especializado (AEE), pais e comunidade escolar em geral, sobretudo coloca em relevo as necessidades dos alunos com deficiências, isto é, evidenciando suas necessidades,

possibilidades, amplia suas habilidades e suas capacidades para agir como qualquer outra pessoa da sociedade. Pretende-se vê-lo não como um “coitadinho”, mas como alguém capaz de agir por conta própria, criar relações sociais, agir de forma independente e atuar nos espaços públicos e privados.

A educação inclusiva tornou-se de suma relevância para entender como as pessoas com deficiência ainda estão sendo vistas no âmbito escolar, sobretudo mostrou como intervir no processo de ensino e aprendizagem, visando o bem-estar dos alunos com deficiência, a sua autonomia, seu desenvolvimento e inclusão, rompendo com a barreira que ainda os considera como pouca capacidade para aprender ou ainda como incapazes. Eles não são inferiores ou incapazes, mas pessoas com condições e capacidades suficientes para sua inserção no âmbito da escolarização. Logo, o senso comum e a reflexão pedagógica “[...] se encontram naquela unidade dialética que resulta em um conhecer solidário com o atuar e este com aquele. É exatamente esta unidade dialética que gera um atuar e um pensar certos na e sobre a realidade para transformá-la” (FREIRE, 2022, p. 35).

Incluir não é somente colocar quem está fora, dentro, mas entender a dimensão complexa que envolve a aprendizagem individual. O conjunto de crenças e valores que constituem a subjetividade social da escola, das ações e relações pedagógicas ali desenvolvidas. É o cenário que ainda precisa viver uma política pública de inclusão que legitime seus participantes. Os desafios a serem enfrentados ainda são muitos como: a representação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como parte compensatória da escola; a responsabilidade dos professores do AEE pela aprendizagem dos estudantes eximindo o compromisso dos demais membros da escola; valorizar a cultura do desempenho como foco central para atender as demandas externas; naturalizar a presença dos estudantes com deficiência como sendo perturbadoras ao desenvolvido pelos demais alunos, ou a escola ser inclusiva apenas para atender a demanda, mas ser inclusiva por ideologia, independentemente das especificidades dos seus alunos (ROSSATO; BORGES; CUNHA, 2023).

Portanto, embora o espaço educacional ainda seja permeado pela pouca ou ausente formação continuada dos professores e gestores que alegam não terem condições para atender os discentes com deficiências, e que também não disponha, em cada escola, de um corpo docente no Atendimento Educacional Especializado (AEE), muitas vezes não dispõem dos serviços no contraturno ou de materiais necessários para seu funcionamento, ou ainda não possuem infraestrutura acessível com rampas, portas largas, banheiros adequados, salas de aulas

amplas, a demanda surge com frequência, o que faz com que os profissionais sintam-se desamparados.

A educação inclusiva acontecerá, de fato, a partir do envolvimento das políticas públicas efetivas dentro dos espaços educacionais, assim com a capacitação dos trabalhadores da educação com formações inicial e continuada, mas também com a inserção educacional das pessoas com deficiência nas escolas, auxiliadas pelo desenvolvimento metodológico, prático e tecnológico que permita sua inserção na escolarização e socialização em caráter integral e equitativo na promoção da igualdade, respeito, valorização da vida e integração social na educação, na dignidade humana e no mundo do trabalho. Conclui-se, com isso, que a educação não deveria ser um espaço para alimentar exclusões, mas socializar igualdades e congregar todos os alunos na acentuação da diversidade, igualdade, inclusão e emancipação dos discentes (LEITE et al., 2018).

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel; PELOSI, Miryam Bonadiu. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador II**. Secretaria de Educação Especial, Brasília: ABPEE-MEC: SEESP, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ajudas_tec.pdf. Acesso em: 24 dez. 2022.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, Tecnologia e Educação, 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2022.

BRASIL. **lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série legislação; n.200). Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. p. 496 . Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 12 marc. 2023.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONTE, Elaine; OURIQUE, Maiane Liane Hatschbach; BASEGIO, Antonio Carlos. Tecnologia Assistiva, Direitos Humanos e Educação Inclusiva: uma nossa sensibilidade. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, 2017, p. 1-24.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 83.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva**: Apropriação, Demandas e Perspectivas. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. **Revista Entreideias**: Salvador, 2013, p. 25-42.

JESUS, Denise Meyrelles de; VIEIRA, Alexandro Braga. Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais. **Educar em Revista**: Curitiba, 2011, p. 95-108.

LEITE et al. Alguns desafios e demandas da formação inicial de professores na contemporaneidade. **Educ. Soc.**, Campinas, 2018, p. 721-737.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Letícia Strossi de. Desconstruindo Estereótipos para uma educação inclusiva. In: CUNHA, Junior; NYAMIEN, Francy Rodrigues da Guia. **Oficinas pedagógicas para uma educação inclusiva**. Toledo: Instituto Quero Saber, 2020.

SILVEIRA, Jader Luís da. **Abordagens sobre educação inclusiva**. Formiga: Editora MultiAtual, 2020.

RIBEIRO, Júlia Cristina Coelho; BARBATO, Silviane. Educação Inclusiva: significados e práticas pedagógicas em transição. In: BARRETO, Silviane et al. **Contribuições do desenvolvimento humano e da educação aos processos de inclusão**: trajetórias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023.

RODRIGUES, Patrícia Rocha; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Tecnologia Assistiva – uma revisão do tema. **HOLOS**, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte: Natal, 2013, p. 170-160.

ROSSATO, Maristela; BORGES, Fabrícia Teixeira; CUNHA, Roseane. Escolas inclusivas, professores inclusivos, estudantes incluídos: a democracia vista por dentro da escola. In: BARRETO, Silviane et al. **Contribuições do desenvolvimento humano e da educação aos processos de inclusão: trajetórias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023.